

■ NACIONAL

Donos de terra lucram com reservas privadas

Autorização para exploração comercial exige que áreas sejam preservadas em caráter permanente

Regina Scharf
de São Paulo

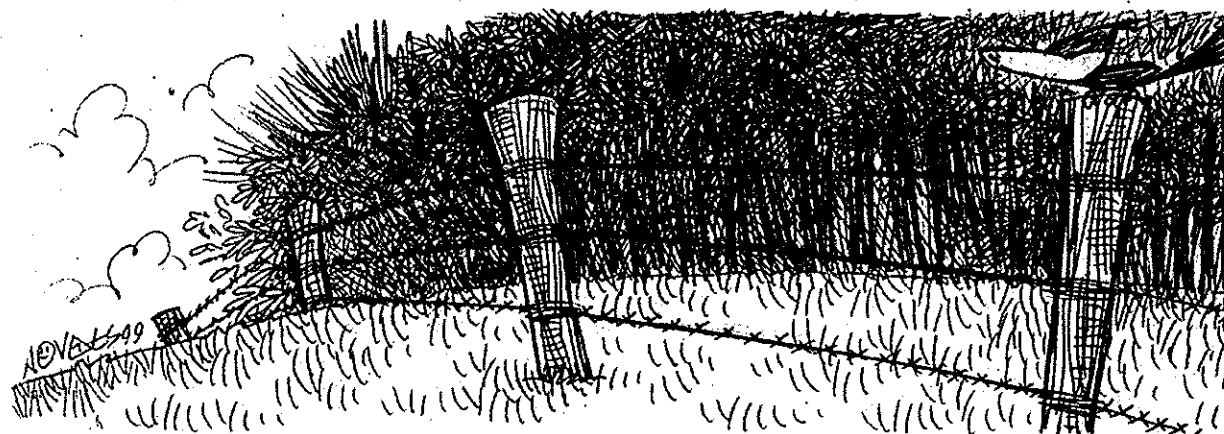
Mais de 500 proprietários de terras brasileiros tomaram uma decisão definitiva: converteram parte de suas propriedades em Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPN). Isso significa que elas deverão ficar eternamente preservadas, fechadas para o extrativismo ou a agricultura, abertas apenas para a pesquisa científica, a educação ambiental ou o ecoturismo.

Mesmo assim, alguns começam a faturar com o modelo. É o caso da Estação Veracruz, da Veracel Celulose, em Porto Seguro, que recebeu 11 mil visitantes em um ano. Ou da Pousada Canyon Guartelá, instalada no maior cânion brasileiro, em Castro (PR). Dotada de todo tipo de facilidade para turistas, como área de camping, chalés, áreas para encontros esotéricos e um templo maçônico, ela já consegue taxa de ocupação média de 40%.

Juntas, as 223 RPPNs federais somam 422 mil hectares, algo como 0,05% do território nacional. A elas somam-se outras três centenas de reservas privadas estaduais, a maioria no Paraná, no Mato Grosso e em Minas Gerais. Nenhum outro tipo de unidade de conservação teve um crescimento tão rápido quanto elas.

Em tese, além da motivação ideológica, tais reservas teriam uns poucos motivos econômicos. Segundo o Ibama, a agência ambiental federal, quando uma terra é averbada em cartório e transformada em RPPN, seus donos ganham isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) e primazia na obtenção de crédito em bancos oficiais, para projetos agrícolas em outras propriedades. Também podem obter empréstimos de uma linha de crédito específica para RPPNs, do Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA), que hoje opera US\$ 80 milhões, no total.

Além disso, alguns produtores estariam verificando um aumento de produtividade em suas terras que fazem fronteira com RPPNs. "A conservação do solo, da água e da biodiversidade pode favorecer a produção", garante Luiz Márcio Haddad, diretor de Unidades de Conservação e Vida Silvestre do Ibama.



Entretanto, o beneficiário mais evidente é a cidade onde as reservas estão localizadas. Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais concedem vantagens no repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para municípios que preservam suas florestas. Graças a esse modelo, Guaraqueçaba (PR), cidade onde a indústria de cosméticos Boticário mantém uma grande reserva privada, conseguiu saltar do 275º para o 54º lugar na distribuição do ICMS paranaense.

"Hoje as RPPNs só trazem dinheiro para o município", diz Josef Emil Schleiss, presidente da Associação Paranaense dos Proprietários de RPPNs. "Para o dono não fica nada." Schleiss, que administra a RPPN Mata Suíça I, em Lunardelli

(PR), calcula que a floresta e uma reserva-irmã, a Mata Suíça II, cada uma com 645 hectares, garantiram um repasse mensal extra de R\$ 23.500 para o município, por conta do ICMS Ecológico. Para uma cidade de apenas 8 mil habitantes, não é de se desprezar.

De fato, as RPPNs são um bom negócio para o governo. "É uma forma de aumentar o número de áreas protegidas sem um custo de desapropriação ou administração", diz José Antonio Andreguetto, presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O estado é pioneiro e líder brasileiro em registros de RPPNs — 125, num total de 25 mil hectares, sendo quatro federais.

Andreguetto cita o exemplo do Parque Estadual de Guarapelá, que

preserva amostras de campos e cerrados. Ele foi criado com 800 hectares desapropriados pelo governo e outros 1.200 ha de uma RPPN vizinha. "Não podemos esquecer que o mercado do ecoturismo cresce numa média de 25% ao ano", diz. "Nesse contexto, as reservas com certeza serão uma grande alternativa econômica no futuro." Os 15 escritórios regionais do IAP estão se preparando para orientar proprietários dispostos a promover o ecoturismo nas suas RPPNs.

O fato é que, por trás dessas reservas, ainda existe mais idealismo do que perspectivas econômicas. "A grande maioria cria mesmo reservas privadas por ser conservacionista", diz Haddad. Há vários casos de organizações não-governamentais que

compraram áreas ao lado de unidades de conservação para protegê-las melhor. Um exemplo é a Ecotrópica, que mantém duas áreas que ladeiam o Parque Nacional do Pantanal, uma espécie de zona-tampão.

A própria origem das RPPNs está associada a esse desejo de preservar por si só. As primeiras reservas privadas surgiram nos anos 70, quando fazendeiros gaúchos buscavam formas de proteger suas terras da ação de caçadores. Entretanto, o conceito de RPPN, como é conhecido hoje, só foi estabelecido por decreto federal em 1990.

O projeto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), já aprovado pela Câmara dos Deputados, mas que ainda aguarda aval do Senado, poderá mudar bastante tal conceito. O texto que tramita no Congresso abre a possibilidade da exploração extrativista não-madeireira em reservas privadas. Uma mudança que traz novas possibilidades e alguma polêmica.

"Na verdade, o Snuc cria um tipo novo de unidade de conservação, diferente das RPPNs atuais", diz Haddad. "Ele não deveria desestruturar um sistema que já vem funcionando tão bem." Para o diretor, o ideal seria manter as reservas como estão e criar um modelo alternativo em paralelo, para quem quiser praticar o extrativismo em suas reservas.

Pousada para esotéricos e amantes da natureza

Em sua gleba à beira do maior cânion do País, em Castro, no Paraná, Isidro Guedes já plantou 250 mil araucárias e 50 mil imbuia, para recuperar a mata e segurar o solo. Em 1997, a floresta foi convertida em RPPN, porque Guedes temia que futuros proprietários destruíssem esse trabalho. Desde então, cresceu a Pousada Canyon Guartelá, que recebe turistas interessados em praticar ritos esotéricos ou maçons — ou simplesmente curtir a natureza.

"Até hoje, não consegui mudar,

assistência técnica ou sequer uma placa atestando a existência da reserva", reclama Guedes. "Realmente, eu só recomendo a criação de uma RPPN para quem considera isto ideologicamente bom, mas não para quem pensa que conseguirá dar à terra um uso comercial".

Danilo Sette de Almeida, gerente de Meio Ambiente da Veracel Celulose, dona da maior RPPN de Mata Atlântica, é bem mais otimista. A Estação Veracruz, em Porto Seguro (BA), já recebe 11 mil visitantes por ano, na sua maioria es-

tudantes, que são guiados por biólogos e índios pataxós. Para Almeida, não será difícil cobrar uma tarifa pelos serviços oferecidos e tornar a área auto-sustentável.

"Pelo menos 3% dos 700 mil turistas que visitaram Porto Seguro no último ano têm um lado ambiental bem desenvolvido", diz o gerente de Meio Ambiente da Veracel.

"Muitos querem um passeio diferente, que não seja só praia, caipirinha e lambada". A reserva já tem um centro de visitantes e cinco trilhas interpretativas. Em breve

ganhará um centro de reprodução de fauna e um alojamento para pesquisadores.

A área, de 6 mil hectares, já tem inclusive um plano de manejo — algo raro até em reservas públicas. A Veracel Celulose, empresa com capital dividido entre o Grupo Odebrecht e o grupo sueco-finlandês Stora Enzo, gasta entre R\$ 200 mil e R\$ 300 mil anuais na conservação da área e o combate a incêndios, caçadores, ladrões de palmito ou cipós, usados em artesanato.

(R.S.)